

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.001295/2022-53

2. Descrição da necessidade

2.1. O interesse público envolvido busca a realização de um novo processo licitatório se dá pela interrupção do Contrato nº 018/2017 referente ao processo 60585.000472/2017-17, pois alcançou o prazo máximo de prorrogação contratual, conforme prescreve o artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

2.2. Contratação de empresa especializada em seguro de automóvel com prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

2.3. A contratação ora pretendida, tem como objetivo a prestação de serviço de seguros de automóveis, tendo em vista ser uma forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda no veículo segurado. Além de resguardar a administração contra eventuais demandas judiciais em decorrência de acidentes provocados por veículos de propriedade do Ministério, visa oferecer maior segurança aos condutores, aos usuários e a terceiros.

2.4. Considerando a probabilidade de acidentes de trânsito e a eventual ocorrência de algum tipo de sinistro, a contratação de seguro de automóvel se justifica pela forma eficaz de preservar e recompor o patrimônio público e também oferecer maior segurança aos condutores, aos usuários e a terceiros.

2.5. A solicitação de contratação de empresa especializada na prestação de em seguro de automóvel, encontra-se alinhada com o Objetivo Estratégico nº 5 - Aprimorar a Governança e a Gestão, com a intenção de fortalecer e aprimorar as estruturas e os mecanismos de governança e de gestão para aumentar a efetividade das ações, com foco nos resultados institucionais, conforme Plano de Gestão - MD 2020 - 2023.

2.6. O objetivo da contratação tem a sua essencialidade em assegurar à integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, bem como, manter o funcionamento das atividades finalísticas do MD, de modo que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento das missões institucionais deste Ministério, e a sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

2.7. Cabe ressaltar que o Contrato nº 018/2017 encerra à sua vigência em 04/10/2022, conforme Despacho 407 (4886666) e não será mais admitida prorrogação de contrato com base no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

2.8. A vigência do Contrato observará à legislação em vigor, e a regulamentação imposta pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em sintonia com a prática do mercado securitário.

2.9. O benefício de participação exclusiva de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) está vedado pela legislação federal vigente, sendo eles Decreto-Lei nº 73/1966 e inciso VIII, § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerias – SEORI/DESEG/GESEP /COSER	Onivaldo de Fatima Rocha – SO RM1 (MB)

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição dos requisitos necessários e suficientes para a escolha da melhor solução, trata-se de contratação de empresa especializada em seguro de automóveis visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa.

4.2. As contratações dos serviços não geram vínculos empregatícios entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Não há a possibilidade de eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por tratar-se contratação de serviços contínuos sem a dedicação exclusiva de mão de obra.

4.4. Não será necessários requisitos de treinamento para os servidores da CONTRATADA que irão realizar o seguro dos objetos para esse Ministério da Defesa - MD.

4.5. Os requisitos indispensáveis do objeto a serem confeccionados para atender à demanda, incluindo padrões mínimos qualitativos e quantitativos, estão dispostos no Termo de Referência (5609458).

4.6. Cabe ressaltar que é importante que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não vislumbra outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada por meio do Documento de Formalização de Demanda – 11 (5174642).

4.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes e necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, cuja declaração positiva nesse sentido é um requisito da contratação, estabelecido na disposição 2.4. – C) do Anexo V da IN nº 05/2017 – SEGES /MP.

4.8. Requisitos internos funcionais

4.8.1. São requisitos intrínsecos para o objetivo da presente contratação que devam atender os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da celeridade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia de modo que possa garantir a efetividade no certame.

4.9. Estimativa das quantidades

4.9.1. De acordo com o art. 15, § 7º e inciso II da Lei nº 8.666/1993, as definições das quantidades a serem adquiridas em razão da previsão do consumo ou utilização dos bens ou serviços a serem contratados por esta Administração, foram baseadas no histórico de consumo e utilização (subitem 7.1) e necessidades da área demandante (item 2).

4.10. Mecanismos de controle

4.10.1. De acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. ”, desta forma o controle interno será realizado pelos Fiscais de Contrato da Administração Pública que atuam na estrutura do Ministério da Defesa utilizando mecanismos de controle adequados para a situação e observando os Princípios Constitucionais.

4.11. Do fornecedor

4.11.1. As obrigações da CONTRATADA estão previstas no Termo de Referência e Edital.

4.12. Do produto

4.12.1. Trata-se de serviços comuns a serem contratados mediante Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 10.520/2002.

4.12.2. Os materiais a serem adquiridos são comuns de acordo com o Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

4.13. Requisitos legais para o atendimento da necessidade:

4.13.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

4.13.2. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

4.13.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.13.4. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.13.5. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

4.13.6. Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

4.13.7. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regula a licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da Dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal.

4.13.8. Decreto nº 59.417, de 26 de outubro de 1966. Dispõe sobre a realização dos seguros de Órgãos do Poder Público e dá outras providências.

4.13.9. Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967. Regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 12 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967.

4.13.10. Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.13.11. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020. Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP;

4.13.12. Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.13.13. Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021. Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP;

4.13.14. Orientação Normativa nº 38, de 13 de setembro de 2011. Informa que nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar o art. 57, inc. II da Lei nº 8.666/93.

4.13.15. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – agosto/2022;

4.13.16. Resolução CNSP nº 17, de 15 de novembro de 1968. Estabelece que os seguros obrigatórios de transporte, no País, de bens pertencentes a pessoas jurídicas e de riscos de incêndio de bens pertencentes a pessoas jurídicas, situados no país, reger-se-ão pelas normas, condições e tarifas vigentes para esses ramos;

4.13.17. Circular SUSEP nº 354, de 30 de novembro de 2007. Disponibiliza no sítio da SUSEP as condições contratuais do plano padronizado para o seguro de transportes e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro;

4.13.18. Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos;

4.13.19. Circular SUSEP nº 639, de 09 de agosto de 2021. Dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel; e

4.14. Demais atos normativos (Leis, Decretos-Lei, Lei Complementar, Decretos, Circulares, Minutas de Circulares e Guia de Orientação e Defesa do Seguro) federais, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, em conformidade com a especificidade singular do objeto

4.15. Requisitos legais ambientais:

4.15.1. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Inicialmente é importante ressaltar que para a presente demanda, não houve nenhum certame correlato e/ou interdependente a este processo licitatório por este Ministério, no que foi necessário realizar um levantamento de mercado com outros Órgãos Públicos que realizaram contratações semelhantes a demanda do Ministério da Defesa – MD, cabe ressaltar que existem uma ampla diversidade de licitações e empresas que atuam nesta área, conforme minudenciado a seguir.

5.1.1. Tendo em vista o exposto, e ressaltando que as análises das possíveis alternativas para a solução do objeto em pauta e obtenção do resultado esperado é a celebração do certame que se faz necessária. Deste modo, esta Equipe de Planejamento de Aquisições verifica que a empresa que será CONTRATADA por meio deste processo, com a capacidade técnica, jurídica, regularidade fiscal e econômico-financeira devidamente comprovada e aprovada dentro dos critérios legais para sua habilitação, oferece a possibilidade da maior vantajosidade para este Ministério da Defesa - MD.

5.2. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada pela COSEG - MD, esta Equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs em anos anteriores.

5.3. Ser consideradas contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração

5.3.1. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) do Ministério da Economia, acessado em 8 de agosto de 2022, às 15h31min (horário de Brasília/DF) no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a contratação do serviço solicitados, através da realização de Pregões Eletrônicos como pode ser observado no quadro abaixo, que contém itens com características correlatas ao pretendido neste instrumento:

5.3.2. Ata – Consulta Atas de Registro de Preços;

Serviço: Pagamento Coberturas Seguro Veículo;

Períodos Pesquisados: 01/01/2021 à 31/12/2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADOR	PREGÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
93120 - ESTADO DO ACRE	925899 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE	Pregão 00013/2021	30/04/2021 30/04/2022
26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.FARROUPILHA	158127 - INST.FEDERAL DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA	Pregão 00004/2021	12/08/2021 12/08/2022
26406 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	158420 - IFES - CAMPUS LINHARES	Pregão 00002/2021	08/09/2021 08/09/2022

52131 - COMANDO DA MARINHA	740015 - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	Pregão 00006/2021	23/09/2021 23/09/2022
52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	168004 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FPV/	Pregão 00067/2021	16/09/2021 16/09/2022

5.3.3. **Demonstrações de não exclusividade das empresas atuando neste mercado:**

5.3.3.1. UASG: 925899 – Ministério Público do Estado do Acre; Pregão: 00013/2021.

CNPJ	EMPRESA
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
33.065.699/0001-27	SEGUROS SURA S.A.
61.074.175/0001-38	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

5.3.3.2. UASG: 158127 – Inst. Federal de Educ., Cienc. E Tec. Farroupilha; Pregão: 00004/2021.

CNPJ	EMPRESA
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
90.180.605/0001-02	GENTE SEGURADORA SA
33.065.699/0001-27	SEGUROS SURA S.A.

5.3.3.3. UASG: 158420 – IFES – Campus Linhares/RS; Pregão: 00002/2021.

CNPJ	EMPRESA
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
61.074.175/0001-38	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
90.180.605/0001-02	GENTE SEGURADORA SA
33.065.699/0001-27	SEGUROS SURA S.A.

5.3.3.4. UASG: 740015 – Base Naval da Ilha das Cobras; Pregão: 00006/2021.

CNPJ	EMPRESA
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
90.180.605/0001-02	GENTE SEGURADORA SA
33.065.699/0001-27	SEGUROS SURA S.A.

5.3.3.5. UASG: 168004 – Industria de Material Bélico do Brasil - FPV/; Pregão: 00067/2021.

CNPJ	EMPRESA
61.074.175/0001-38	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
90.180.605/0001-02	GENTE SEGURADORA SA
33.065.699/0001-27	SEGUROS SURA S.A.

5.3.4. Da análise das contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, certifica-se em observância ao Estudo Técnico Preliminar e ao Termo de Referência que **não** foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhorar e atender às necessidades e resultados pretendidos desta Administração, ainda, a ampla participação do mercado na futura licitação.

5.4. Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas

5.4.1. Para o presente processo não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições, haja em vista que a presente contratação se trata de serviços comuns, de acordo com Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002.

5.4.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita, em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este processo a solução como um todo abrange atender a necessidade do Ministério da Defesa – MD, com a contratação de empresa especializada em seguros de automóveis com preço vantajoso para a Administração, uma vez que o presente processo visa suprir às necessidades da Coordenação de Serviços Gerais. A partir da licitação que se pretende realizar, espera-se que a contratação possibilite a segurança patrimonial dos automóveis, que será determinado mediante licitação, na modalidade Pregão,

em sua forma eletrônica, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência – Serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, Atualização: Junho/2021, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra neste momento, em virtude da natureza do objeto a ser adquirido, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens em pauta, sem, contudo, esgotar o estudo, podendo ser objeto de futuro processo específico para contratação de serviços da mesma natureza, hora propostos à licitação.

6.3. Qualificação Técnica:

6.3.1. Os critérios de **Qualificação Técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.3.2 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Superintendência de Seguros Privados, em plena validade.

6.3.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviços de natureza compatível e/ou similar como o objeto desta licitação.

6.3.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.3.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

6.3.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN nº 40/2020, estão previstos nos históricos de consumo dos materiais e previsão de contratação entre os anos 2018 e 2021, conforme tabela abaixo:

Ordem	Descrição do Material	Qtd. a licitar 2022	Qtd. Adquirida 2018	Qtd. Adquirida 2019	Qtd. Adquirida 2020	Qtd. Adquirida 2021	Qtd. Estoque 2022
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE AUTOMÓVEL	01	01	01	01	01	00

7.2. Em observância ao disposto no art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, “[...] das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis [...]”. Deste modo, cabe ressaltar o fundamento para a demanda solicitada que, de fato, quanto a quantidade contratada é referente a renovação anual do Contrato nº 018/2017, conforme Processo 60585.000472/2017-17.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 50.407,92

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					PRÊMIO	FRANQUIA
1	Seguro para o veículo de marca: FORD; modelo: FUSION 2.5; Placa: JGC0101; Ano de fabricação: 2010; Ano do modelo: 2010; 4 portas laterais; Cor: Preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Gasolina com 173 cv; Renavam nº 00233996796 e Chassi nº 3FAHP0JA4AR391179.	22764	UND	01	R\$ 1.871,10	R\$ 4.375,00
2	Seguro para o veículo de marca: FORD; modelo: FOCUS SEDAN 2.0 GHIA 16V; Placa: JHY 1072; Ano de fabricação: 2010; Ano do modelo: 2011; 4 portas laterais; Cor: Preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00257947108 e Chassi nº 8AFTZZFFCBJ372307.	22764	UND	01	R\$ 873,15	R\$ 4.006,56
3	Seguro para o veículo de marca: FORD; modelo: FOCUS SEDAN 2.0 GHIA 16V; Placa: JHY 1062; Ano de fabricação: 2010; Ano do modelo: 2011; 4 portas laterais; Cor: Preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00258323264 e Chassi nº 8AFTZZFFCBJ366560.	22764	UND	01	R\$ 912,11	R\$ 4.018,95
4	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0 L FLEX; Placa: JDS 9003; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00493609954 e chassi nº 9BRBD48E2D2588684.	22764	UND	01	R\$ 1.984,69	R\$ 4.191,05
5	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0 L FLEX; Placa: JDS 8883; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01181693630 e chassi nº 9BRBD48E2D2590323.	22764	UND	01	R\$ 1.984,69	R\$ 4.191,05
6	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0 L FLEX; Placa: PBR 2358; Ano de fabricação: 2018; Ano do modelo: 2019; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01181693630 e chassi nº 9BRBD3HE9K0421256.	22764	UND	01	R\$ 2.231,61	R\$ 4.375,00
7	Seguro para o veículo de marca: TOYOTA; Modelo: COROLLA XEI 2.0 L FLEX; Placa: PBR 2359; Ano de fabricação: 2018; Ano do modelo: 2019; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01181698895 e chassi nº 9BRBD3HE3K0421270.	22764	UND	01	R\$ 2.231,61	R\$ 4.375,00

8	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX 9944; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501896279 e chassi nº 8A1LZBW26DL331947.	22764	UND	01	R\$ 1.842,34	R\$ 3.853,58
9	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX 9494; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501894144 e chassi nº 8A1LZBW26DL332266.	22764	UND	01	R\$ 1.881,92	R\$ 3.871,16
10	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX 9994; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501897623 e chassi nº 8A1LZBW26DL332698.	22764	UND	01	R\$ 1.842,34	R\$ 3.853,58
11	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: JDX-0015; Ano de fabricação: 2012; Ano do modelo: 2013; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 00501901540 e chassi nº 8A1LZBW26DL331949.	22764	UND	01	R\$ 1.881,92	R\$ 3.871,16
12	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: OZW 8470; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01027611025 e chassi nº 8A1LZBW2TEL420257.	22764	UND	01	R\$ 1.861,79	R\$ 3.920,58
13	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: FHV 5020; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01026972814 e chassi nº 8A1LZBW26EL383360.	22764	UND	01	R\$ 1.861,79	R\$ 3.956,83
14	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: FFW 5034; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2015; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01035782828 e chassi nº 8A1LZLH06FL645571.	22764	UND	01	R\$ 1.894,50	R\$ 4.076,08
15	Seguro para o veículo de marca: RENAULT; Modelo: FLUENCE DYN 2.0M; Placa: FPS 5007; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 4 portas laterais; Cor: preta; Capacidade: 5 passageiros; Combustível: Flex; Renavam nº 01034356604 e chassi nº 8A1LZLH06FL645842.	22764	UND	01	R\$ 1.594,50	R\$ 4.076,08
16	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: JKO 8851; Ano de fabricação: 2013; Ano do modelo: 2013; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 16 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 00539044229 e chassi nº 935ZBWMMBD2114935.	22764	UND	01	R\$ 4.658,87	R\$ 11.379,00
17	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: JKO 8861; Ano de fabricação: 2013; Ano do modelo: 2013; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 00539045632 e chassi nº 935ZBWMMBD2114171.	22764	UND	01	R\$ 4.658,87	R\$ 11.379,00

18	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: FEL 4606; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 01032139975 e chassi nº 935ZBWMMBE2136280.	22764	UND	01	R\$ 4.694,58	R\$ 7.635,05
19	Seguro para o veículo de marca: CITROEN; Modelo: JUMPER M33M 2.3, tipo Van; Placa: FHS 4547; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 01032140264 e chassi nº 935ZBWMMBE2136283.	22764	UND	01	R\$ 4.694,58	R\$ 11.669,00
20	Seguro para o veículo de marca: PEUGEOT; Modelo: BOXER M33M 2.3, tipo Van; Placa: PAC 2851; Ano de fabricação: 2014; Ano do modelo: 2014; 3 portas laterais e 2 traseiras; Cor: branca; Capacidade: 15 passageiros; Combustível: Diesel; Renavam nº 01041797980 e chassi nº 936ZBWMMBE2134447.	22764	UND	01	R\$ 4.650,96	R\$ 11.676,00
Valor total máximo:					R\$ 50.407,92	R\$ 114.749,71

(*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 11 (5174642) e Mapa Comparativo NUPP (5403564)

8.2. O valor máximo aceitável R\$ 50.407,92 (cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos) para prêmio e R\$ 114.749,71 (cento e quatorze mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos) para a franquia será o valor final resultante do Mapa Comparativo (5403564) e Análise Crítica dos Preços (5403568), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto a hipótese de tornar sigilos os valores (orçado e máximo) da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN nº 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que considerando as divulgações e transparência do "valor máximo aceitável" poderá auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços com o valor real e ajustado de mercado para cada item, justificando a devida solução de mercado, pela sua efetividade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que evitará ocorrências de superfaturamento na apresentação das propostas e auxiliará os processos administrativos na tomada de decisão da Pregoeira.

8.3.1. A adoção do orçamento sigiloso (orçado e máximo) é discricionária, conforme *Acórdão nº 3011/2012 – Plenário*, e essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa para esta Administração Pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Quanto ao parcelamento ou não da solução, em regra, conforme §§ 1º ao 7º do art. 23 da Lei nº 8.666/93 e inciso III, art. 32 da Lei nº 13.303/2016, que dispõe que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade com um melhor aproveitamento do mercado e aumento da competitividade e sem prejuízos aos aspectos técnicos e/ou perda da economia de escala.

9.2. Diante dos expostos, em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da Licitação, sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pelo parcelamento da licitação em itens, pois representa uma maior economia e ganho de escala, conforme especificações e demandas do Ministério da Defesa por meio da SEORI/DESEG - MD.

9.3. Sob a ótica do Direito Administrativo, para Moraes (2007), o Princípio da Eficiência:

“O princípio da eficiência é aquele que impõe à administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem

burocracia, e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir maior rentabilidade social. (2007, p. 90-91). ”

9.4. Opção de aquisição: Regime de execução será a Empreitada por preço global.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de automóveis, visando atender as necessidades deste Ministério da Defesa - MD.

10.1.1. Como contratação correlata há o processo 60585.000472/2017-17, o qual tratou sobre o mesmo tema licitado por este Ministério nos anos anteriores, porém o contrato chega ao término de vigência contratual - Contrato 018/2017 (4886666) - em 04/10/2022.

10.2. Sendo assim, o presente processo tem a finalidade de viabilizar esta contratação e com sua atividade final, indicando um novo evento essencial e contínuo para atender a demanda deste Ministério.

10.3. Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para atendimento dos objetivos pretendidos para esta licitação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.1.1. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.2. Os materiais a serem adquiridos **constam** no PGC 2022, no item 327, no valor de R\$ 50.407,92 (cinquenta mil, quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.2.1. Vantagem: Atender às necessidades deste Ministério, conforme minudenciado nesse instrumento.

12.2.2. Economicidade: Dar-se-á com a possibilidade de realizar a contratação com valor inferior à pesquisa de preço realizada pelo Mapa Comparativo de Preços.

12.3. Do exposto, de forma objetiva, esta administração objetiva adquirir produtos que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. Essas atitudes preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas a diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou ainda adequações dos ambientes deste Órgão, tendo em vista que se trata de aquisições de materiais comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa CONTRATADA cumpra com as obrigações.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no subitem 4.15. Requisitos Legais Ambientais.

14.1.1. Sempre que possível e no que couber, deve ser observado, quando da contratação dos serviços contratação de empresa especializada em seguro de automóveis, nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados. Ainda, deverão ser observados, quando couber, os critérios contidos no art. 5º, § 1º, da IN/SLTI nº 01/2010 e os critérios de sustentabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa especializada em seguros de automóveis, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4333, de 15 de agosto de 2022 ([5464172](#)), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 33, de 19 de agosto de 2022 ([5447488](#)), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

15.2.1. Na condição de Integrante Requisitante: SO RM1 (MB) ONIVALDO DE FATIMA **ROCHA**, CPF: ***.751.927-**, lotado na Coordenação de Serviços Gerais (COSER);

15.2.2. Na condição de Integrante Técnico: 2º Sgt (EB) CRISTIELSON **ADSON** DA SILVA LIMA, CPF: ***.701.591-**, lotado na Coordenação de Serviços Gerais (COSER); e

15.2.3. Na condição de Integrante Administrativo: Cb (EB) YURI ARAÚJO **CASSIMIRO**, CPF: ***.434.001-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).

16. Responsáveis

Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4333, de 15 de agosto de 2022

ONIVALDO DE FATIMA ROCHA
Coordenador da Coordenação de Serviços Gerais – COSER

Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4333, de 15 de agosto de 2022

YURI ARAUJO CASSIMIRO
Especialista da Assessoria de Planejamento e Aquisições – ASPLAQ

ODILON MAZZINI JUNIOR
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais - DESEG

Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4333, de 15 de agosto de 2022

CRISTIELSON ADSON DA SILVA LIMA
Chefe da Coordenação de Serviços Gerais – COSER

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (138.89 KB)

Anexo I - 1.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1. RISCOS DA AQUISIÇÃO:

- 1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:
 - 1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).
 - 1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).
 - 1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.
- 1.2. Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.
- 1.3. Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.
- 1.4. Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.
- 1.5. Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.
- 1.6. A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2. POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	(___) Baixa	(_X_) Média	(___) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Médio	(_X_) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 2			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto:	() Baixo	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e Coordenação de Licitação (COLIC).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 3			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto:	() Baixo	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	Coordenação de Licitação (COLIC).	

Analisado:

Cb Int (EB) YURI ARAÚJO CASSIMIRO
Integrante Administrativo